

**LEI Nº 3585 de 22 de JULHO DE 2013**

**“Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017”.**

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e montantes dos recursos a serem aplicados em despesa de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos desta Lei.

**Art. 2º** As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos anexos desta Lei, serão estruturadas em programas, objetivos, problemas, justificativas, ações, produtos, unidades de medida, meta física e financeira e fontes de recurso.

**§ 1º** As Planilhas que demonstram a previsão das receitas orçamentárias para o quadriênio 2014/2017, representam uma estimativa de recursos necessários à consecução dos objetivos propostos nos programas de governo.

**§ 2º** Para fins desta lei, considera-se:

**I** – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

**II** – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

**III** – Justificativas, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e mensuração dos problemas e necessidades;

**IV** – Diretrizes, conjunto de critérios de ação de decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

**V** – Ações, o conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), com vistas à execução de um programa;

**VI** – Produtos, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

**VII** – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

**VIII – Fontes de Recursos, fontes de recursos utilizadas para financiar as Ações pretendidas em cada Programa.**

**Art. 3º** A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

**Art. 4º** A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias do Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações consequentes.

**Parágrafo único.** De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

**Art. 6º** As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú, 22 de julho de 2013.

**EDSON RENATO DIAS**  
Prefeito Municipal